

VERSÃO RESUMIDA



PLANO DE 10 PONTOS PARA DESCARBONIZAÇÃO DO BRASIL

RECOMENDAÇÕES PARA O
GOVERNO FEDERAL 2023-2026



APOIO



ACOMPANHE

CLIMA2030.ORG
INSTITUTOTALANOA.ORG



É POSSÍVEL DAR UM SALTO
NA DESCARBONIZAÇÃO DA
ECONOMIA BRASILEIRA,
COM JUSTIÇA CLIMÁTICA.

#CLIMA&DESENVOLVIMENTO

This report has been supported by the European Climate Foundation. Responsibility for the information and views set out in this document lies with the authors. The European Climate Foundation cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained or expressed therein.

PONTO 1 • POLÍTICA CLIMÁTICA NO CENTRO DO PODER E COMPROMISSOS PARA TODO O GOVERNO:

Criar e pôr em marcha uma Secretaria Estratégica para Clima & Desenvolvimento, cuja missão principal será construir e implementar um plano de descarbonização com metas para 2025; restaurar os canais de diálogo com a sociedade; restaurar as funções da diplomacia climática e revisar a NDC.

PONTO 2 • REESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS:

Descupinização institucional, por meio da revogação de atos infralegais que contribuíram para o desmonte ambiental no país e re-regulação.

PONTO 3 • NOVO PLANO DE CONTROLE DO DESMATAMENTO:

Preventivo, decisivo e conectado à geração de empregos nas cidades - investir em fiscalização remota; integrar sistemas de dados; e fortalecer a economia das cidades, deixando a floresta em paz.

PONTO 4 • IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GOVERNANÇA DA TERRA, QUE PROMOVA PACIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS:

Força tarefa de definição fundiária, investimento na resolução de conflitos e na titulação definitiva em posses pacíficas, envolver as gerações mais novas na gestão das propriedades.

PONTO 5 • COLOCAR PREÇO DE CARBONO NAS EMISSÕES REALIZADAS NO TERRITÓRIO NACIONAL E ALAVANCAR INVESTIMENTOS NA NOSSA DESCARBONIZAÇÃO:

Criar sistema de comércio de emissões (cap-and-trade); tornar planos de transição mandatórios para instituições financeiras; e adotar uma taxonomia de investimentos em mitigação e adaptação.

PONTO 6 • EXPORTAÇÕES LIVRES DE DESMATAMENTO PARA PROTEGER COMÉRCIO, INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE:

Regular mercado nacional de carbono, criar sistema de registro e rastreabilidade de cadeias sujeitas ao risco de desmatamento e provar que bens e serviços brasileiros estão livres de desmatamento e contém baixo conteúdo de emissões.

PONTO 7 • ACELERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA MOBILIDADE E LOGÍSTICA:

Manter exportações de combustíveis, reinvestindo as rendas na transição justa interna e na adaptação; rever a oferta permanente de blocos de petróleo em áreas sensíveis; iniciar transição justa de segmentos fósseis; priorizar modais de transporte de carga de baixo carbono e mobilidade urbana focada em transporte público e ativo.

PONTO 8 • CIDADÃO NO CENTRO DAS DECISÕES DE POLÍTICAS DE DESCARBONIZAÇÃO, COM FOCO EM PREÇOS E TARIFAS DE ENERGIA:

Remover estímulos às termelétricas, consultar populações impactadas por empreendimentos de energia renovável, revogar o Centrãoduto e aprovar o marco de modernização do setor elétrico, de modo a reduzir a conta de luz das famílias mais pobres.

PONTO 9 • PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO:

Ordenar as atividades econômicas offshore e costeiras, de modo a minimizar seus impactos socioambientais e maximizar a contribuição do oceano à mitigação e adaptação climática; implementar um sistema de observação do mar brasileiro; aprovar PL do Mar e novo marco legal para a Pesca.

PONTO 10 • ECONOMIA CIRCULAR E LOGÍSTICA REVERSA:

Atualizar e ampliar as metas do acordo setorial de logística reversa de embalagens; monitorar e certificar ações de economia circular pelo setor empresarial; considerar circularidade como elemento fundamental da descarbonização e do cumprimento das metas climáticas de curto e longo prazo.

